



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 5.663, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer nova hipótese de flagrante delito, bem como modifica a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, para dispor sobre meios de prova admitidos nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

**Autora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**Relatora:** Deputada DELEGADA KATARINA

## I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe altera o art. 302 do Código de Processo Penal para considerar em flagrante delito quem “é encontrado, pela autoridade policial, logo após o registro da ocorrência de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência”.

Modifica, ainda, o art. 12 da Lei Maria da Penha para que sejam admitidos, como meios de prova da violência doméstica e familiar contra a mulher, “as gravações de vídeo e captações de áudio que identifiquem o agressor e a vítima”.

Extraí-se da justificação da proposta que “nos casos de violência doméstica e familiar, a falta de prisão imediata dos agressores, além de servir como estímulo ao cometimento de novos delitos, representa, em muitos casos, uma sentença de morte para as vítimas”.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A matéria foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise e parecer. A CMULHER opinou pela aprovação da proposta.

Trata-se de apreciação conclusiva pelas comissões.

Esgotado o prazo neste colegiado, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto de lei sob exame atende aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Da mesma forma, a proposição não afronta as normas de caráter material constantes da Carta Magna, tampouco os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada encontra-se em conformidade com a Lei Complementar nº 95/1998.

No que tange ao mérito, a proposta se mostra oportuna e conveniente, na medida em que busca garantir uma resposta rápida e eficaz do Estado na proteção das vítimas de violência doméstica e na repressão dos agressores.

Com efeito, a celeridade na identificação e prisão do criminoso é fundamental para evitar a continuidade ou agravamento da violência e proteger a integridade física e psicológica das pessoas ofendidas, que se encontram em estado de maior vulnerabilidade.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Código de Processo Penal já estabelece, dentre as hipóteses de flagrante delito previstas em seu art. 302, a possibilidade de prisão do agente que for perseguido ou encontrado pela autoridade policial logo após o cometimento da infração, em situação ou de posse de instrumentos que façam presumir ser ele o autor do delito (incisos III e IV).

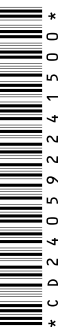
Dessa forma, mostra-se plenamente aceitável que a autoridade policial efetue a prisão em flagrante do agressor que for encontrado logo após o registro da ocorrência do crime, quando este registro for realizado imediatamente após a prática do ato e haja elementos que façam presumir a autoria. Trata-se de situação que se assemelha às dos dispositivos legais supramencionados, coadunando-se, portanto, com a disciplina legal atualmente conferida à matéria.

Ademais, como bem salientou a Autora do projeto, as tecnologias atualmente existentes já propiciam a identificação do autor do fato, podendo viabilizar sua prisão em virtude da certeza visual do delito. Assim, gravações de vídeo e captações de áudio que sejam aptos a identificar o agressor e a vítima podem e devem ser utilizados como meio de prova nos casos de violência doméstica e familiar.

Tal entendimento encontra-se amparado pela jurisprudência dos tribunais superiores. O Superior Tribunal de Justiça vem afirmando a licitude da utilização de gravação clandestina produzida pelas vítimas de crime como meio de prova, “considerando justamente a necessidade de defesa dos direitos fundamentais da vítima”<sup>1</sup>.

Vê-se, portanto, que o projeto merece acolhida por parte desta Comissão, uma vez que contribui para o aprimoramento da legislação processual penal e para o aumento da segurança das vítimas de violência doméstica e familiar e da coletividade em geral.

<sup>1</sup> HC n. 812.310/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 21/11/2023, DJe de 28/11/2023.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.663, de 2023.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputada DELEGADA KATARINA  
Relatora

Apresentação: 22/11/2024 17:04:06.020 - CCJC  
PRL 1 CCJC => PL 5663/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240592241500>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegada Katarina

